

# Parlamentaristas anunciam ter 280 votos no plenário

Janio de Freitas

## Uma velha história

As dificuldades dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, para dar efetividade a seus programas na Fazenda e no Planejamento, são anteriores ao entupimento governamental provocado, agora, pela sua proposta de congelar por três meses os vencimentos do funcionalismo. Em prazo recorde, estes dois novos ministros passaram a experimentar o mesmo problema que afastou do governo os jovens professores da PUC que montaram o Plano Cruzado e, há dois meses e pouco, levou Bresser Pereira a provocar sua saída do ministério. São as dificuldades sintetizadas na já exausta expressão "falta de apoio do presidente".

Mailson esmera-se em transmitir a impressão de que tudo lhe corre normalmente nas relações funcionais com Sarney e entre os influentes na Presidência. É compreensível que aja assim. Mas os que com ele mantêm relações de proximidade sabem que seu estado está longe da confiança aparente, que apenas encobre o desânimo crescente. A receptividade sempre simpática que Sarney oferece às medidas desejadas pelo ministro não se desdobra em autorização para executá-las. E o pior é que também não são recusadas. Sempre hesitante, Sarney passa a tergiversar: é sinal de que em seu círculo íntimo alguém trabalha contra a proposta do ministro.

Abreu, por seu lado, desde o convite para assumir o Planejamento deixou claro que sua meta seria reduzir a despesa do governo, para reduzir o déficit público. Ninguém lhe apresentou objeções. Temperamento obstinado, o novo ministro passou a encaminhar suas propostas com a objetividade de técnico e com o apoio de Mailson. Depois de recebidas com a costumeira atenção, estas propostas passaram a ser objeto de comentários cada vez mais ácidos na ausência do proponente. No círculo íntimo do Planalto, Abreu passou a ser comentado como alguém desprovido de sensatez em qualquer grau. Com aquelas palavras curtas e usuais para definir tais casos.

Até aí, o Planalto seguiu suas normas e os ministros começaram a seguir o caminho ditado por aquelas normas. Mas o problema é que o anunciado fechamento da negociação da dívida externa depende do atendimento a certas exigências do FMI, sem o qual não fechará qualquer acordo com o Brasil. E

sem o encaminhamento deste acordo não haverá acerto com os credores.

Congelar os vencimentos do funcionalismo por três meses, através da suspensão da tal URP, enrolou o governo em si mesmo e, no entanto, foi apenas uma das medidas necessárias para atender às exigências preliminares do FMI, aquele que não vinha mas está aí. Visto este episódio de maneira linear, se Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu não arrancam a suspensão da URP dos funcionários — passo inicial para abolir as correções salariais de todos — estão ambos desautorizados pelo próprio presidente para o exercício de suas funções. E mesmo que contornassem esta derrota, já há quem, em boa situação para tais avaliações, considere que por certo não serão os últimos ministros da Fazenda e Planejamento no governo, ou melhor, no período de Sarney.

### Frutos do impasse

Eis duas situações interessantes produzidas no bojo deste tira-não-tira da URP.

A atitude do ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, tenente-brigadeiro Paulo Camarinha, mandando ao Diário Oficial a liberação da URP de março para os militares, foi qualificada pelo general Ivan de Souza Mendes, o ministro-chefe do SNI, como "simples desobediência" ao adiamento da decisão determinado pelo presidente da República. Para começar, não há obediência simples nem complexa. Há obediência e desobediência. Além do mais, a obediência é o primeiro dos princípios militares. E, no caso de um ministro, dever essencial. Vejamos com fica no caso de ministro-militar.

Ao recusar, em nome dos militares, a suspensão da URP e propor que, em vez dela, tratasse o governo de congelar os preços, o mesmo tenente-brigadeiro Camarinha levou as Forças Armadas a uma postura que não assumiam há mais de três décadas: a mesma posição da grande massa de assalariados. Ainda que o móvel não tenha sido esta identificação, mas a defesa dos próprios vencimentos, a conjunção não se dava pelo menos desde a posse de Juscelino, em 56.

Não importa a motivação. Até Deus, diz-se, escreve por linhas tortas. E, no caso que interessa, antes tortas do que nunca.

### ALEXANDRE POLESÍ

Da Sucursal de Brasília

Os parlamentaristas do Congresso constituinte já ultrapassaram os 280 votos necessários para este sistema de governo ser aprovado, disse ontem a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Depois de dois meses de pesquisas e entrevistas, com 554 dos 559 parlamentares, o bloco parlamentarista teria consolidado este sistema, segundo a deputada.



O senador José Richa



Sandra Cavalcanti (PFL-RJ)



Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE)

Os presidencialistas reagiram. "Isto é uma fantasia", disse ontem, ironicamente, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que assina a emenda presidencialista mais importante do Congresso constituinte. Sabendo que os parlamentaristas dispunham de um relatório de computador com os nomes dos constituintes favoráveis a esse sistema de governo, o deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) divulgou ontem um contra-relatório.

Exibindo um pedaço de papel na mão, D'Ávila disse que conversou, durante o dia de ontem, com 227 dos 559 constituintes e obteve o seguinte resultado: 113 seriam a favor do parlamentarismo e 114 a favor do presidencialismo. Ou seja, 50,5% pró-presidencialismo e 49,5% pró-parlamentarismo, consultados 40% do plenário.

As críticas do presidente José Sarney ao Congresso constituinte, na semana passada, aumentaram o contingente parlamentarista, segundo Sandra Cavalcanti. "Aumentou tremendamente a área dos indecisos e diminuiu a área dos que tinham apenas uma tendência parlamentarista", disse ela. Sua pesquisa, acrescentou, chegou a 232 parlamentaristas convictos, na última terça-feira, mais cerca de 55 com "tendência parlamentarista".

Esse aumento, na semana passada, foi admitido até pelo deputado presidencialista Manoel Moreira (PMDB-SP). "Houve um aumento na semana passada, mas acho que isso volta ao normal", disse ontem o deputado. Manoel Moreira é autor de uma emenda presidencialista redigida em conjunto com o jurista Miguel Reale Júnior, sob inspiração do presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

E esta emenda que poderá ser a base de um futuro acordo, caso nem a emenda parlamentarista, do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), nem a emenda presidencialista, do senador Humberto Lucena consigam os 280 votos necessários para sua aprovação (maioria absoluta dos 559 constituintes).

ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874



ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874



ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874

ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874



ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874



ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874

ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874



ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874



ANUNCIE POR TELEFONE



874 - 2874

## Serra critica emenda por 'enfraquecer o Executivo'

Da Sucursal de Brasília

O deputado José Serra (PMDB-SP) disse ontem em Brasília que a emenda presidencialista assinada pelos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Edison Lobão (PFL-MA) e pelos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Theodoro Mendes (PMDB-SP) "conduz ao pior dos mundos" pois "mantém o presidencialismo, com seus defeitos, mas enfraquece o Poder Executivo". Para Serra, um exemplo deste "enfraquecimento" é o artigo da emenda que permite ao Congresso Nacional destituir os ministros de Estado, individualmente.

Segundo o parlamentar, "essa será a maior alternativa de presença política e fator de instabilidade", pois bastará um terço dos deputados apresentar uma moção de censura a um ministro para que ela seja apreciada pela Câmara. "Basta a apresentação de moção de censura, fácil de obter, e já teremos uma área do Executivo sem condições para o exercício normal de suas funções", afirmou Serra.

Serra disse também que "haverá sempre a tentativa de aliança entre setores ideológicos, regionais e fisiológicos, do Legislativo e do próprio Executivo, para derrubar este ou aquele ministro". Em sua avaliação, "outra coisa é a queda de um gabinete no parlamentarismo", sistema de governo que defende, já que, em sua opinião, "ela (a queda



O deputado José Serra (PMDB-SP)

do gabinete) envolve o julgamento de uma política em seu conjunto".

Para Serra, "passar do presidencialismo ao parlamentarismo não deve significar, como muitos pensam, enfraquecer o Poder Executivo na sua capacidade para implementar poderes de governo". O parlamentarismo, em sua opinião, implica em "fortalecer o Legislativo na definição dos programas", cabendo ao Executivo "governar". O deputado José Serra afirmou também que "o parlamentarismo deverá vencer no plenário da Constituinte", com a aprovação da emenda do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

## Ibsen Pinheiro continua como líder do PMDB na Câmara

Da Sucursal de Brasília

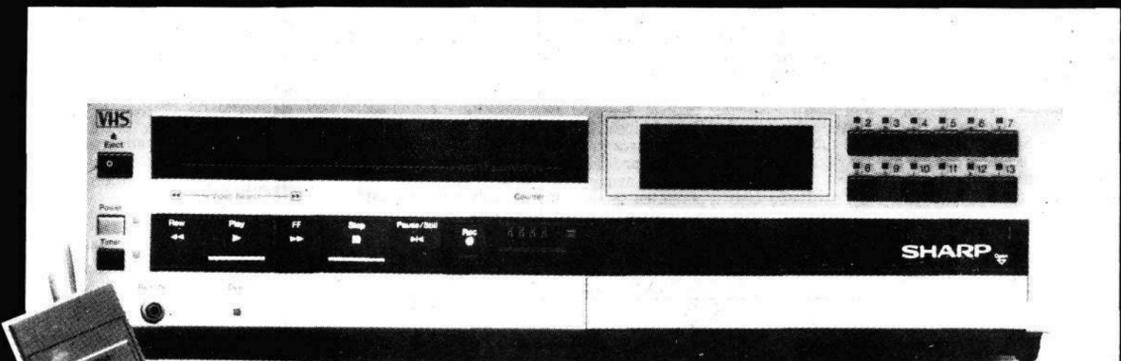
O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) foi reconduzido ontem à liderança de seu partido na Câmara dos Deputados, numa disputa com o parlamentar pernambucano Egidio Ferreira Lima. Dos 229 membros da bancada que votaram, 171 escolheram Ibsen, 56 preferiram Ferreira Lima e dois anularam seus votos. A bancada peemedebista na Câmara tem, atualmente, 255 deputados.

Ibsen já exercia a liderança do partido, em substituição a Luiz Henrique da Silveira, de Santa Catarina, indicado para o Ministério da Ciência e Tecnologia. A vitória de Ibsen serve como sinal da força política do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, a quem o novo líder é ligado, a exemplo de seu antecessor, Luiz Henrique. O deputado Egidio Ferreira Lima foi um dos articuladores do grupo "histórico", afastado da influência de Ulysses. O próprio Ferreira Lima reconheceu, anteontem, a dificuldade em vencer a disputa.

Antes da votação, o parlamentar pernambucano retirou um pedido de adiamento, que transferiria a escolha para oito dias após a promulgação da nova Carta. Abertas as urnas, na tarde de ontem, foi confirmada a vitória de Ibsen, para um mandato de dois anos. "A primeira tarefa será contribuir com a liderança do partido na Constituinte para preservar a unidade do PMDB, que leva à estabilidade da própria Constituinte", afirmou Ibsen Pinheiro, após a vitória. Segundo o líder, o partido deverá passar por uma "redefinição" uma vez terminados os trabalhos constitucionais. "Teremos de fazer uma profunda reflexão sobre as relações do partido com o governo, outros partidos e a sociedade", afirmou.

Ibsen disse ainda que a liderança terá papel central na elaboração das leis complementares e ordinárias, bem como na adaptação do regimento interno da Câmara à nova Constituição.

# Videocassete Sharp em Oferta Especial



### Videocassete Sharp Mod VC 4040

- Controle remoto de 8 funções
- Programação para até 7 dias de antecedência
- Video Search para localização rápida da imagem
- Picture VTP
- Reprodução de fitas nos sistemas PAL-M e NTSC

\$ 51.500,

E você paga suas compras com

### Cartão de Crédito

- American Express • Bradesco •
- Credicard • Diners • Nacional •



Ofertas válidas até 10.03 ou enquanto durarem os estoques



eldorado Plaza

